



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 16 DE FEVEREIRO DE 2016

COMUNICADO DE IMPRENSA

Reunião do Conselho de Ministros de 16 de fevereiro de 2016

No dia em que o VI Governo Constitucional completou um ano de governação, o Executivo encontrou-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em Díli, para a reunião do Conselho de Ministros, onde os membros do Governo analisaram o trabalho desenvolvido nestes últimos 12 meses. Esta reflexão efetuada pelos mais altos responsáveis ministeriais visou não só ponderar os desafios enfrentados como afinar estratégias e melhorar a coordenação interministerial.

Nesta reunião, o Conselho de Ministros aprovou:

1. Resolução do Governo sobre a Criação da Comissão da Reforma da Administração Pública

A Comissão Nacional de Reforma da Administração Pública tem como missão desenvolver uma política pública de aperfeiçoamento do funcionamento do conjunto dos órgãos, serviços e entidades da Administração Pública e de formação, fortalecimento e valorização dos recursos humanos da Função Pública. O fim último é a prestação de serviços públicos mais eficientes, mais eficazes e de melhor qualidade aos seus destinatários.

Esta medida surge na sequência da aprovação do Guia de Reforma da Administração Pública, na reunião do Conselho de Ministros de 9 de fevereiro de 2015 e representa a determinação do Governo em concretizar este importante compromisso do seu programa.

A Comissão Nacional de Reforma da Administração Pública é apoiada por uma Equipa Técnica constituída por representantes de várias instituições públicas e por um subgrupo de trabalho, o Comité de Acompanhamento do Guia de Reforma da Administração Pública, composto por um representante da Presidência da República e representantes da sociedade civil.



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608

2. Proposta de Resolução do Parlamento Nacional que aprova os Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

Esta proposta de Resolução, que o Governo vai agora apresentar ao Parlamento Nacional, de acordo com a Constituição, visa a aprovação dos estatutos do IILP, aprovados na XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em Luanda, a 22 de julho de 2010.

Trata-se de uma iniciativa conjunta dos Ministérios timorenses dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e da Educação com a Comissão Nacional do IILP, cuja criação foi aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 2 de setembro de 2011.

O IILP revela-se necessário para a construção de políticas concretas de promoção e difusão da Língua Portuguesa, sua internacionalização e afirmação como Língua Global. Através da aprovação dos estatutos, o IILP é dotado de meios para a concretização desses objetivos.

3. Projeto de reabilitação rodoviária

O Conselho de Ministros aprovou a reabilitação e melhoria de três troços principais da via que percorre a Costa Norte, com um total de 97 quilómetros. As estradas em causa, Baucau-Lautém, Maubara-Carimbala e Atabae-Mata Ain, têm prazo de conclusão previsto para o final de 2018.

4. Acordos entre a República Democrática de Timor-Leste e a República de Cuba para a formação de professores

O Governo aprovou a assinatura de dois acordos entre os Ministérios da Educação de Timor-Leste e de Cuba, para formação de futuros professores timorenses de Matemática e do Ensino Recorrente.

5. Extensão do Projeto de apoio técnico à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e à Câmara de Contas

O Governo aprovou a extensão do Projeto de apoio à PCIC e à Câmara de Contas. Este projeto enquadra-se na Componente de Justiça do Programa de Apoio à Governação Democrática de Timor-Leste, Cooperação Delegada pela União Europeia em Portugal | Camões I.P., que tem, desde 2012, uma parceria com o Ministério da Justiça da República Democrática de Timor-Leste no âmbito da boa governação, com duas componentes: apoio à PCIC e à Câmara de Contas.



6. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste para e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento de uma Comissão Conjunta para a Cooperação Económica e Comercial

O Governo autorizou a assinatura deste acordo, que prevê a criação de uma comissão conjunta, para criar uma estrutura formal que permita uma cooperação económica e comercial continuada entre os dois países.

7. Resolução do Governo sobre a Nomeação dos Membros da parte Timorense para a Comissão Conjunta entre a República Popular da China e a República Democrática de Timor-Leste para a Cooperação Bilateral em matéria Económica e Comercial

Na sequência da aprovação do Memorando de Entendimento anterior, o Governo definiu os representantes de Timor-Leste que irão fazer parte dessa comissão, chefiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

8. Proposta de Escritura de Transmissão para a Santa Sé do Direito de Superfície sobre um imóvel do Estado para a construção da Nunciatura Apostólica em Díli

O Conselho de Ministros aprovou os termos da escritura de transmissão para a Santa Sé do direito de superfície sobre o terreno para a construção da Nunciatura Apostólica em Díli, decidido na reunião do Conselho de Ministros de 28 de abril de 2015.

